

O COMÉRCIO INSTITUCIONAL E A AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE DOM MACEDO COSTA/BA

João Cancio dos Santos Filho¹
Elba Medeiros Punski dos Santos²

Resumo: A presente pesquisa tem como objeto de estudo o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica no Município de Dom Macedo Costa/ Bahia, buscando responder como vem sendo promovido o desenvolvimento rural e como a participação dos agricultores familiar nos mercados institucionais tem incentivado a produção agroecológica, o que tem proporcionado o fortalecimento da sua identidade e permanência no campo. Para tanto, teve como objetivo geral pesquisar como as ações e comercialização institucionais voltadas para a Agricultura Familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros, vêm sendo aplicadas no Município de Dom Macedo Costa e como essas ações tem promovido o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica e seus resultados para o Desenvolvimento Local. Para alcançar os objetivos propostos foram utilizados como procedimentos metodológicos a análise documental e de indicadores socioeconômicos, a observação participante, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. Foi possível concluir que o comércio institucional em muito tem contribuído para o desenvolvimento da agricultura local e sustentável por meio do acesso e ampliação dos mercados, o que tem refletido no aumento da produção, do trabalho e da renda, assim como no consumo de uma alimentação saudável e de qualidade, garantindo também um repensar do modo de produção, de consumo e uma melhor qualidade de vida para os agricultores.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Agricultura Familiar Agroecológica. Comércio Institucional. Programas Governamentais. Permanência no Campo.

INSTITUTIONAL TRADE AND AGRO-ECOLOGICAL FAMILY FARMING IN THE DEVELOPMENT OF THE MUNICIPALITY OF DOM MACEDO COSTA/BA

Abstract: This research has as its object of study the development of agroecological family agriculture in the Municipality of Dom Macedo Costa / Bahia, seeking to answer how rural development has been promoted and how the participation of family agriculturists in institutional markets has encouraged the agroecological production, which has provided the strengthening of their identity and permanence in

¹Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia/ Campus V, Pós-Graduado em Educação no Campo pela Faculdade Dom Alberto e Pós-graduando em Geografia e Desenvolvimento Territorial (UNEB). Email: joacanciodmc@hotmail.com

²Orientadora e Professora/Doutora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Email: empsantos@uneb.br

the field. Therefore, the general objective was to research how institutional actions and commercialization aimed at Family Agriculture, such as the Food Acquisition Program (FAP) and the National School Feeding Program (NSFP), and others, have been applied in the Municipality of Dom Macedo Costa and how these actions have promoted the development of agroecological family farming and its results for local development. To achieve the goals, a documental analysis and socioeconomic indicators, participant observation, semi-structured interviews and application of questionnaires were used as methodological procedures. It was possible to conclude that institutional commerce has greatly contributed to the development of local and sustainable agriculture through the access and expansion of markets, which has reflected in the increase in production, work and income, as well as in the consumption of healthy and quality food, also guaranteeing a rethinking in the way of production, consumption and a better quality of life for agriculturists.

Keywords: Local development. Agroecological Family Agriculture. Institutional Commerce. Government Programs. Permanence in rural environment

INTRODUÇÃO

É possível dizer que a ideia de desenvolvimento, por muito tempo, esteve atrelada ao modo de vida urbana, sendo utilizada como sinônimo de urbanização e produção industrial. Foi somente a partir da década de 1980 que começou a se pensar a ideia de um desenvolvimento rural e local, dando maior importância a uma produção agrícola pautada nos princípios da sustentabilidade, sugerindo uma produção não tão agressiva ao meio ambiente, como a do modelo convencional, reduzindo dessa forma o uso indiscriminado de pesticidas, agrotóxicos e adubos químicos. Nesse novo repensar, o natural, o verde e os alimentos agroecológicos, passaram a ser mais valorizados e tidos como fatores de desenvolvimento e qualidade de vida.

É nesse sentido que a presente pesquisa visou compreender como o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica tem ocorrido no Município de Dom Macedo Costa e como o mercado institucional tem colaborado para o desenvolvimento local, o que contribui diretamente para o fortalecimento da identidade dos pequenos agricultores e sua permanência no campo.

Destaca-se como objetivo geral pesquisar como as ações e comercialização institucionais voltadas para a Agricultura Familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros, vêm sendo implementadas no município de Dom Macedo Costa e como essas ações tem promovido o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica e seus resultados. Visto que o Município citado vem se tornando referência no que tange à valorização da agricultura familiar e à produção sustentável e agroecológica.

Para se alcançar o objetivo proposto, destacou-se como objetivos específicos enumerar os fatores que tem incentivado o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica no município e identificar o desenvolvimento da agricultura familiar como fator que colabora para a permanência e fortalecimento da identidade do homem no/do campo, a partir da sua participação nos Programas Institucionais PNAE e PAA.

Entre os fatores que mais tem incentivado os agricultores do município a continuar no campo, produzindo com qualidade e de forma sustentável, vem sendo o

apoio das instituições municipais quanto a aplicação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e por fim, mas não menos importante, a Feira Agroecológica da Agricultura Familiar, que tem incentivo da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural, onde os agricultores encontram apoio à produção e comercialização de seus produtos orgânicos. Os Programas, por essência, têm se tornado verdadeiros canais de comercialização e ao mesmo tempo de divulgação dos gêneros agrícolas.

A escolha por essa temática se justifica, pela necessidade de se pensar em um modelo alternativo de desenvolvimento, modelo esse sustentável, que leve em conta não somente as relações econômicas, como também as relações sociais e ambientais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a valorização do homem do campo, principalmente quando se trata de um município com fortes traços ruralistas como Dom Macedo Costa. Buscando também contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas direcionadas à agricultura familiar, no meio acadêmico.

A metodologia adotada foi, primeiramente, a aplicação de questionários aos agricultores beneficiados pelos programas e políticas públicas, visando compreender como tais ações institucionais têm impactado em suas vidas e no seu modo de produzir. Contou-se também com a aplicação de entrevistas com representantes da gestão municipal da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural (Secretária, Agrônomo e Assessor Técnico Municipal de Agricultura e Gerente Ambiental), e da Secretaria de Educação (Nutricionista), e também entrevistas com as lideranças dos movimentos sociais em defesa dos agricultores familiares (Liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e das Associações das Comunidades Rurais). Além de realizar-se análise documental e pesquisa participante, visto que atuamos diretamente no Programa Nacional da Alimentação Escolar.

Este artigo está estruturado em duas seções. Na primeira é feita uma reflexão em torno de alguns pontos relevantes que servirão de apontamento para essa pesquisa, tais como, desenvolvimento endógeno e local, agricultura familiar agroecológica, orgânica e a importância das ações institucionais para a produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Na segunda seção serão apresentados, de forma sistematizada, os dados coletados ao longo da pesquisa, apresentando os fatores que tem promovido e incentivado a agricultura familiar no Município de Dom Macedo Costa e sua produção agroecológica, assim como o fortalecimento da identidade e a permanência do homem no campo, apontando a influência das ações institucionais e suas consequências na elevação da qualidade de vida do pequeno agricultor.

Por fim, nas Considerações Finais, será apresentada uma reflexão sobre a importância dos mercados e ações institucionais para os setores econômico, social e ambiental, assim como para o desenvolvimento de uma agricultura local agroecológica, mais sustentável e preocupada com a saúde humana, colaborando para a permanência do homem no campo.

PREPARANDO O TERRENO: traçando alguns conceitos relevantes para a pesquisa

Observa-se que o modo de se pensar a cidade e o campo vêm sendo repensado constantemente. Antes predominava a ideia do rural atrasado, ligado

apenas às atividades agropecuárias, enquanto o urbano era tido como o lugar do progresso, o lugar adiantado, evoluído e central, conforme Marx e Engels (1998, p. 55, *apud* RUA, 2005, p. 46) ao apontar que “a cidade constitui o espaço de concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolado, e a dispersão”.

Atualmente tem se refutado cada vez mais essa visão descrita por Marx e Engels. Vivenciamos um campo cada vez mais desenvolvido, conectado, atraente, atualizado e produtivo, embora aquela visão ainda insista em se apresentar. É com esse pensamento que Rua (2005) salienta que o espaço rural deve ser visto como um espaço híbrido, pleno de possibilidades, onde as experiências inovadoras podem ser desenvolvidas. Superar a visão de rural como o “outro”, aquilo que está para além da cidade, o rural que derivou do latim *rus/ruris* que significa rude, se torna cada vez mais relevante.

Segundo Pires (2007), foi a partir da década de 1980 que começou a se pensar em uma teoria do desenvolvimento mais agregador, ficando conhecida como Desenvolvimento Endógeno ou, se preferir, “desenvolvimento por baixo”, termo utilizado para se tratar de um modo alternativo de desenvolvimento, que traz à tona a importância dos agentes locais, dos animadores institucionais, das ações governamentais, e a reflexão e resolução dos problemas ecológicos, apresentando-se como uma alerta ao modelo capitalista, e até mesmo como uma resposta a esse processo.

O Desenvolvimento Local é algo intransferível, no sentido de que cada comunidade, localidade possui sua particularidade. Nessa perspectiva, o desenvolvimento local trata sobretudo do resultado da iniciativa compartilhada da inovação e empreendedorismo comunitário. Nessa perspectiva, podemos dizer que não pode haver desenvolvimento local sem as iniciativas dos atores locais, por isso o Estado, o governo municipal tem um importante papel quanto aos incentivos, quanto à elaboração de projetos, a aplicação dos programas institucionais e governamentais, a realização de formação e capacitação dos atores locais e fazer valer o projeto na prática, levando em conta a importância do local e do meio ambiente.

Já autores como Mattei (2014), Santos e Mitja (2012) e Grzeszczeszyn e Machado (2010) apontam que falar de Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Políticas voltadas para Agricultura Familiar é algo recente, que só passou a ser inserido nas discussões governamentais e até mesmo acadêmica a partir da década de 1990.

Foi com a luta dos movimentos sindicais que no ano de 1995 foi implementado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), primeira política brasileira voltada para o agricultor familiar. O Pronaf foi decisivo para a implementação de outras políticas públicas e programas institucionais governamentais que atendem a agricultura familiar, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), entre outros. Nesse sentido, a sua criação representou o reconhecimento da agricultura familiar, que até então não tinha suas especificidades atendidas e não era incluída nas políticas agrícolas.

De acordo com Grisa (2010), ações institucionais permitem a inovação na medida em que conecta redes que se encontram separadas, desconectadas e enfraquecidas, assim o Município e suas instituições assumem a condição de organizador e ao mesmo tempo estruturador do mercado no momento em que as

instituições estabelecem regras, normas, práticas que visem o bem-estar coletivo e o controle da competição. Pensando dessa maneira, as instituições passam a ser arenas nas quais o Estado regulamenta a atividade econômica. Enquanto que o Mercado Institucional trata-se do tipo de mercado em que o Estado, além de definir as “Regras do Jogo”, atua também como único comprador. E os agricultores familiares são atores atuantes nesse mercado, por meio do PAA e do PNAE, programas governamentais.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado no ano de 2003, visando garantir a soberania alimentar das pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, e ao mesmo tempo garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Outro programa de grande importância é também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), legalizado por meio da Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009 que, segundo Turpin (2009), tem promovido e incentivado um desenvolvimento local integrado e sustentável, visto que o mesmo contribui para a comercialização, aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar. Tem como objetivo garantir a segurança alimentar dos alunos da educação básica, tornando obrigatório que as Entidades Executoras utilizem no mínimo 30% dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar. Cabe destacar que para comercializar no PAA e PNAE o agricultor necessita de uma Declaração de Aptidão (DAP) para participar das chamadas públicas, dispensando processos licitatórios, o que simplifica e torna mais acessível o processo de venda e aquisição dos gêneros da agricultura familiar.

Para os agricultores, tais programas, representam novas possibilidades de ingressar no mercado e até mesmo uma maneira de incentivar a produção, contribuindo ainda na inserção do setor em novas formas de mercados, a exemplo da Feira da Agricultura Familiar Agroecológica no município de Dom Macedo Costa, que a princípio foi motivada pela participação dos agricultores nos programas de aquisição de alimentos, o que tornou seus produtos mais conhecidos, demandados e valorizados.

Badue & Gomes (2011) e Santoz & Mitija (2012) colocam que a agricultura familiar promove a diversificação da produção e, ao contrário da produção convencional, nos faz pensar a importância do uso equilibrado dos recursos naturais o que acaba promovendo uma transição para uma agricultura sustentável. É nesse sentido que podemos identificar no município de Dom Macedo Costa uma produção agroecológica ainda em processo de transição, mas que já vem colhendo bons frutos.

Ao pensarmos no desenvolvimento do rural a partir das práticas Agroecológica e sustentável, estamos pautados nos paradigmas da agroecologia, ciência holística e interdisciplinar que objetiva o desenvolvimento sustentável da agricultura. Sobre as normas do desenvolvimento da produção Agroecológica, Badue e Gomes (2011, p.6) apontam que a relação entre produtor e meio ambiente acontece de acordo com “[...] os recursos naturais disponíveis com o mínimo de impacto na natureza e em sua biodiversidade; busca-se diversificar e integrar a produção de espécies vegetais e animais com o objetivo de criar ecossistemas mais equilibrados”. No que tange as relações sociais, esse tipo de produção colabora para a valorização da agricultura familiar e da qualidade de vida de todos os envolvidos, desde o produtor aos consumidores, do campo e da cidade.

Segundo Abreu *et al* (2012), um erro comum é confundirmos Agricultura Agroecológica como sinônimo de Agricultura Orgânica quando, na verdade, possuem diferenças. Nesse sentido os autores pontuam que a agricultura agroecológica esta pautada nos princípios da baixa dependência dos *inputs* externos, no uso de recursos naturais renováveis, no mínimo de impactos ao meio ambiente, manutenção da capacidade produtiva, conhecimento da população local, satisfação das necessidades humanas. Por outro lado, a produção orgânica, esta pautada nos princípios da equidade, saúde, ecologia e justiça.

Outro diferencial é o fato da produção orgânica seguir normas aceitas internacionalmente e nacionalmente, enquanto a agricultura agroecológica não segue normas e padrões internacionais e nacionais, mas sim regras, normas e padrões pensados localmente, assim como são definidos os critérios para participação da feira e dos programas no município de Dom Macedo Costa. Em relação à certificação, na produção orgânica acontece por Terceira Parte (auditoria), atestado com selos. Já na produção agroecológica se dá mediante sistemas de garantia participativos, vendas diretas por meio do controle social.

Economicamente falando, a produção agroecológica, além de estimular a produção, promove uma comercialização justa e solidária, sem contar que leva à valorização dos produtos quando comercializados, o que gera lucros para os agricultores. Em relação as influências desse novo modo de produzir baseado na cultura local, os autores citados anteriormente pontuam que leva à valorização dos conhecimentos e experiências de cada agricultor, colaborando para a valorização e manutenção da cultura local e dos costumes tradicionais, sem contar que inibe a ação dos atravessadores no momento que incentiva as feiras agroecológicas.

Pelo exposto, torna-se necessário cada vez mais se pensar em um desenvolvimento local. Desenvolvimento esse que considere as especificidades regionais e locais, assim como a participação dos diversos e diferentes agentes sociais, sendo esse desenvolvimento uma busca pela distribuição de renda e equidade social que, ao mesmo tempo, promova uma relação equilibrada com o meio ambiente, buscando manter um equilíbrio entre o uso dos recursos naturais e a preservação dos mesmos.

É interessante chamar a atenção também que não se promove um desenvolvimento local desconsiderando o território, até porque na maioria dos casos o território se torna o agente e ao mesmo tempo ator principal do desenvolvimento, é nele e por ele que são pensadas e estruturadas as políticas públicas, as instituições, organizações e as governanças, contribuindo para além da comercialização dos excedentes agrícolas, mas também para a solidariedade, a cidadania comunitária, mudanças qualitativas, o bem-estar da população local, o seu fortalecimento e a formação de novas identidades.

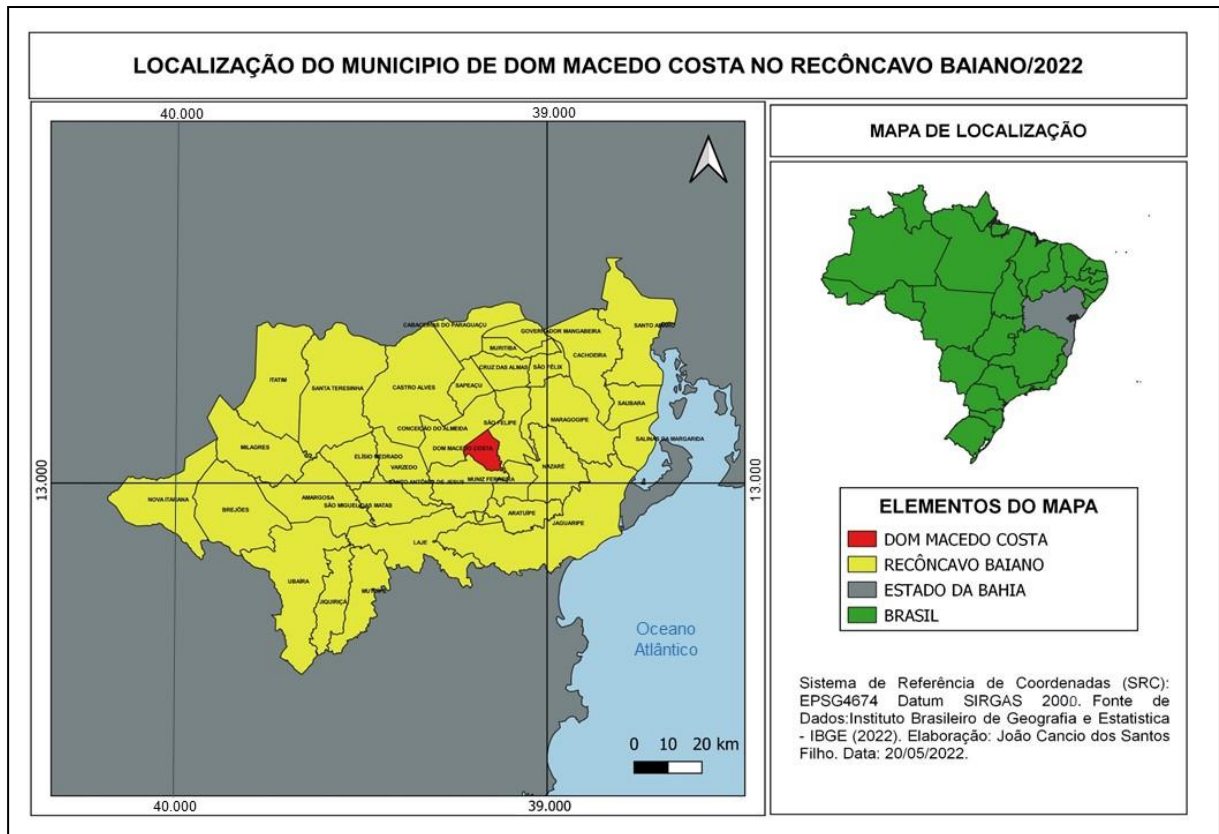
COLHENDO FRUTOS: Análise e discussões dos dados

O município de Dom Macedo Costa está localizado no Estado da Bahia pertencendo à Região Geográfica do Recôncavo Baiano (Figura 1), às margens da BR101. Possui uma área de 94,778 km², fazendo limites com os municípios de Santo Antônio de Jesus, Conceição do Almeida, Muniz Ferreira e São Felipe.

Segundo o IBGE (2010), a população de Dom Macedo Costa nesse ano era de 3.874 habitantes, vivendo 1.761 habitantes no espaço urbano e 2.113 no espaço rural. Atualmente estima-se que essa população já seja de 4.050 habitantes. O município vem registrando um crescimento no seu Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) representado por 0.632 no senso de 2010, o que é considerado na média, tendo em vista que quanto mais próximo do número 1 melhor é o resultado.

Figura 1. Localização do Município de Dom Macedo Costa no Recôncavo Baiano (2022)



Fonte: IBGE, 2021.

Elaboração: João Cancio dos Santos Filho – Maio/2022.

A presença do comércio para a movimentação da economia do município ainda é precária, devendo-se considerar que ele está em vias de crescimento, além de o município encontrar-se próximo a Santo Antônio de Jesus, um grande centro comercial que atrai grande parte dos consumidores locais.

Antes de qualquer análise de dados, cabe destacar que, no município de Dom Macedo Costa participam da feira da agricultura familiar, do PAA e do PNAE entre 25 a 30 agricultores. No entanto como se notou uma tendência de igualdade em relação às respostas obtidas, optou-se por aplicar os questionários para 15 agricultores, o que representa 50% do total de agricultores em atividade nos programas. Torna-se interessante também apontar que tantos os agricultores quanto os demais colaboradores que contribuíram para essa pesquisa, permitiram por meio de declaração, assim assinadas por todos, o uso de seu nome nesse trabalho.

Outro aspecto importante de se trazer à priori, é a importância da atuação do Estado enquanto órgão executor de programas e políticas públicas dentro dos municípios, principalmente aquele de pequeno porte e com fortes traços rural, como

Dom Macedo Costa, o que possibilita ações mais direcionadas e que vão de encontro às necessidades e expectativas dos agricultores familiares.

Segundo relatos dos agricultores e seus representantes, foi a partir das ações institucionais, que os agricultores saíram da invisibilidade e passaram a serem vistos, o que levou a maior atuação dos programas no município e um maior dinamismo no que se refere ao desenvolvimento da agricultura familiar, de modo particular na produção agroecológica, o que se nota na fala da Senhora Ana Maria (Presidente do Sindicato – Entrevista aplicada em Janeiro de 2022), ao destacar que “tem-se notado que o apoio aos agricultores tem melhorado muito, sendo sentido principalmente por meio do aumento da produção dos produtos agroecológicos, sendo esses também incentivados pelo sindicato”. Essa mesma importância é compartilhada também pelo senhor Paulo Ricardo:

O olhar que o município traz para a Agricultura Familiar, buscando fazer acontecer os programas direcionados para a agricultura familiar a exemplo o PNAE, PAA, Feira da Agricultura Familiar, a educação no campo e do campo tem servido e muito de incentivo a agricultura familiar, de modo particular a trabalhar a agroecologia nas propriedades dos agricultores rurais (PAULO RICARDO - Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais / Entrevista aplicada em janeiro de 2022).

Nem sempre foi notada tamanha participação dos agricultores nesses programas, e muito menos a grande diversidade de alimentos como atualmente. Dados coletados na Secretaria de Educação, no Diário Municipal e até mesmo na entrevista com a Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural (SEAMA) apontam que até o ano de 2017 somente um agricultor participava das chamadas públicas, sendo esse, de outro município, o que contribuía para a prática dos atravessadores e o beneficiamento na renda de outros municípios, como fica evidente na fala da Secretária Mara Borges assim conhecida no município:

Antes era uma cooperativa de outro município que vendia e ficavam os agricultores, sem gerar renda para os agricultores, sem como eles ter como escoar sua produção, então esse dinheiro não ficava também no município e quando hoje estamos com o PNAE buscando sair dos 30%, já chegamos aos 47%, mas a nossa pretensão é que cheguemos ao menos 70% de produtos da agricultura Familiar, por a gente entender a importância disso. (MARIA BORGES/ Secretária Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural – Entrevistada em Maio de 2022).

Como bem pontuou a secretária de Agricultura, uma das ações que vem contribuindo para o desenvolvimento local tem sido a implementação do PNAE, colaborando ainda para a superação do modelo convencional de produção, visto que esses programas estimulam a produção de uma alimentação agroecológica, alimentos esses na maioria das vezes cultivados pela própria família dos alunos.

Ainda de acordo com depoimentos coletados em entrevistas, o PNAE no ano de 2017 contava com apenas um agricultor do município que fornecia 16 tipos de gêneros agrícolas. Com os incentivos da SEAMA, no ano de 2022 esse número ampliou para 17 agricultores, devidamente cadastrados por meio da chamada pública, fornecendo 38 gêneros agrícolas. Esses dados já servem de demonstrativo do quanto o comércio institucional tem gerado efeitos positivos no município, promovendo maior organização dos agricultores, maior diversificação da produção, garantindo uma rentabilidade aos agricultores e melhorando a qualidade dos alimentos distribuídos e consumidos pelos alunos da rede municipal, o que tem

repercutido na mudança de hábitos alimentar e também na redução de problemas ligados à saúde, como a obesidade e desnutrição.

Nota-se que a garantia de um mercado em que os agricultores possam comercializar sua produção, gerou neles maior segurança para diversificar e também aumentar sua área de produção. Isso foi identificado também por Cunha et al (2017), ao descrever em sua pesquisa que:

Muitos agricultores começaram a investir em plantios que nunca tinham produzidos. O pedido regular de alimentos oferece maior segurança para investirem em cultivos que demandam maiores recursos físicos e financeiros. O elemento de garantia de entrega dos alimentos é absolutamente importante para estimular os agricultores, dado as condições em que produzem, ou seja, com pouca escala de produção e produtos perecíveis – garantia de suma importância para a produção familiar (CUNHA ET AL, 2017, p. 435).

Pode-se identificar a agricultura familiar como a principal atividade econômica, sendo que os alimentos mais cultivados e comercializados pelos agricultores, nos programas institucionais (PAA e PNAE) e na Feira da Agricultura Familiar Agroecológica, são o aipim, que segundo a Secretária Mara Borges tem sido o carro chefe do Município, seguido de outros alimentos como banana da terra, banana da prata, batata doce, farinha de mandioca, massa puba, bolo de aipim, beiju, tapioca, inhame, laranja, abacaxi, mangalô, quiabo, maracujá, feijão verde, milho, amendoim, abobora, hortaliças, coco seco, tempero caseiro, biscoito de goma, chuchu, cacau, mandioca, ovos de galinha caipira, chips (de batata doce, aipim, banana e inhame) entre outros gêneros.

Nesse sentido, nota-se uma grande variedade de alimentos produzidos pelos agricultores e que passaram a compor o cardápio tanto dos alunos da rede municipal, por meio do PNAE (Figura 2), quanto das famílias em situação de vulnerabilidades socioeconômica e social, por meio da distribuição de cestas adquiridas no PAA.

Figura 2. Alimentos adquiridos da agricultura familiar por meio do PNAE no Município de Dom Macedo Costa/BA – 2022



Fonte: Acervo pessoal (2022)

A Secretária Maria Borges (entrevistada em maio de 2022), explica que o PAA só foi implementado no município a partir de 2017, e que o mesmo consiste na compra de produtos agroecológicos diretamente da agricultura familiar. Esses alimentos são organizados em cestas e repassados para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) onde beneficiam diretamente, cerca de 300 famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e nutricional e que são atendidas pela Secretaria de Assistência Social.

Ao questionar os agricultores como esses programas têm contribuído para o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica, tivemos resposta ligada a diversas categorias, alguns apontaram para a melhoria e preocupação com a saúde, outros com as melhorias e o cuidado com o meio ambiente e tiveram aqueles que identificaram uma melhoria na renda familiar.

Em relação aos que apontaram para a melhoria na saúde da população, temos a fala da agricultora Ana Maria (Questionário aplicado em maio de 2022) que foi enfática ao pontuar que esses programas “além de incentivar os agricultores a plantar têm contribuído para a saúde da população local, evitando uma série de doenças”. Nesse depoimento, nota-se uma satisfação da entrevistada no que se refere a execução dos programas, que tem prezado por um modo de produção que coloca a par de sua cadeia produtiva o uso dos agrotóxicos, impactando de forma positiva na saúde dos indivíduos atendidos por esses programas.

Quanto à categoria meio ambiente, nota-se uma maior preocupação dos agricultores em produzir de forma agroecológica, isso se dá em grande parte pelo fato desse modo de produção ter se tornado um dos critérios de participação nos programas e mercados institucionais. A agricultora Jaqueline Santana (Questionário aplicado em maio de 2022) destacou que “esses programas ajudaram muito, antes os agricultores usavam muito remédio na produção e isso foi reduzido com a atuação desses programas”. Compartilhando dessa mesma percepção, Dona Maria Joana (Questionário aplicado em Fevereiro de 2022) descreveu que “por meio das exigências de não produzir com o uso de agrotóxicos, produtos químicos, acaba por incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar agroecológica”.

Isso coincide com a fala da Gerente do Meio Ambiente, a senhora Samiles Lemos (Entrevistada em Março de 2022) ao pontuar que a gestão Municipal tem buscado incentivar, apoiar e valorizar a agricultura familiar, oportunizando e conscientizando o produtor rural da importância de cultivar e comercializar alimentos agroecológicos, sendo considerado pela mesma como uma “estratégia contínua da SEAMA e Prefeitura Municipal, gerando renda para homens do campo, crescimento da economia local e desenvolvimento do município”.

E tem aqueles também que visualizam nos programas uma forma de melhoria da renda familiar, é o caso de seu Manoel de Souza (Questionário aplicado em maio 2022), que considerou os programas como muito bons e que “ajuda muito na despesa familiar”. É certo que esses programas têm gerado uma renda para os agricultores, ao questioná-los qual a renda anual que eles adquirem participando dos programas; as respostas variaram de 800 reais a 10 mil por ano, sendo uma parcela desse dinheiro investido novamente na produção, com a compra de sementes, preparo do solo, plantação, compra de ferramentas, embalagens, combustível para deslocamento.

Segundo a Secretária Mara Borges, no ano de 2021 foi investido na aquisição de gêneros da agricultura familiar, por meio do PAA, um valor de 135 mil reais,

enquanto que no ano de 2022 até o momento dessa pesquisa já foi aplicado 86 mil reais diretamente na agricultura. Em relação ao PNAE, segundo dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, nota-se que a adesão ao programa vem crescendo no município, saltando de 20% da aplicação dos recursos repassados pelo FNDE (2017) para 42% no ano de 2021, o que representa um investimento de 35.422,60 reais, atingindo os 30% dos recursos, mínimo determinado pela lei.

Ao questionar a Nutricionista Meure Rosa em relação a importância do programa para a agricultura familiar, para a geração de renda e diversificação da produção, a mesma pontuou que a inclusão dos gêneros da agricultura no cardápio da alimentação escolar tem gerado uma melhoria na qualidade da alimentação dos alunos, que ainda na creche já tem acesso aos alimentos com maior teor de vitaminas e sais minerais.

Ressaltando ainda a importância dos programas para a mobilização dos agricultores, que por sua vez, tem buscado ampliar e diversificar sua produção para suprir as demandas das escolas que vem se esforçando para diminuir dos cardápios o consumo dos alimentos industrializados carregados de conservantes e outras substâncias nocivas à saúde, o que consequentemente tem envolvido um maior número de pessoas envolvidas na produção e uma maior circulação de renda entre os agricultores e no próprio município. Evitando o Êxodo Rural, assim como pode ser notado na fala a seguir:

A cada dia se percebe que houve uma expansão da agricultura familiar, principalmente para atingir o percentual exigido pelo FNDE, no que se refere ao PNAE, e dessa forma vem sendo necessário a inclusão dos produtos da agricultura familiar no cardápio das escolas, fazendo com que haja uma mobilização maior dos agricultores no intuito de darem conta dessa demanda buscando plantar e cultivar vários alimentos diferentes aumentando essa diversificação, o que implica no recrutamento e inclusão de mais pessoas para se envolverem nesse projeto. E assim gerar mais oportunidade de emprego e renda para a população, principalmente da zona rural, diminuindo assim o êxodo rural e da mesma forma fortalecendo o comércio local do município de um modo geral o que fortalece a economia dos mesmos e do Estado onde estão inseridos (MEURE ROSA/ Nutricionista – Entrevista aplicada em junho de 2022).

Além da importância desses programas, outra iniciativa da gestão municipal visando o desenvolvimento da agricultura familiar e agroecológica no município, foi a Feira da Agricultura Familiar Agroecológica, implementada no ano de 2017, que tem como critérios a participação apenas de agricultores do município e o comércio de alimentos agroecológicos assim como fica evidente na fala da Secretária Municipal:

Implantamos a feira onde só vende na feira os agricultores familiares do município, e produtos da agricultura familiar, só produtos agroecológicos, isso aí a secretaria orienta, eles são capacitados, a secretaria fiscaliza também para que esses alimentos sejam realmente certificados como agroecológico, que é o grande diferencial da feira da agricultura, que acontece nos domingos pela manhã, das 05 às 12 horas, onde eles trazem seus produtos. A prefeitura dispõe do veículo, nós temos na secretária uma picape do PAA e também um caminhão que é da agricultura familiar e que vai pegar esses agricultores e sua produção e depois leva de volta. Tanto o transporte, como também eles foram contemplados com barracas veio disponibilizado pelo governo do Estado através da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), então eles não tem nenhum ônus

para esta na feira, vende seus produtos e a feira também é um ponto de encontro, onde muitas pessoas vem para trocar ideias, se encontrarem, tem sempre um sonzinho regional e a feira tem além de aquecer a economia local, gerar renda para os agricultores e aquecer a economia local, a feira tem esse propósito de ser esse espaço cultural onde as pessoas vem se encontrar trocar ideias, espaço também de lazer, e de repensar o modo de produção (MARA BORGES/ Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural – Entrevista aplicada em março de 2022).

É de se notar o entusiasmo da Secretária em relação à feira da agricultura familiar que, de acordo com a mesma, além de aquecer a economia local, tem se tornado um espaço cultural e um local de encontro, o que reforça ainda mais a identidade do agricultor. Assim, a feira tem se tornado referência na região por comercializar somente alimentos agroecológicos.

Tanto a feira da Agricultura Familiar quanto os outros mercados institucionais, têm possibilitado maior visibilidade dos agricultores familiares e de seus produtos agroecológicos, tornando mais conhecidos e demandados no mercado. Com isso, constatou por meio da escuta dos agricultores, que eles têm buscado aumentar sua produção para suprir essa demanda, porém de uma forma consciente utilizando de adubo de gado, galinha, carneiro, cascas de verduras e frutas.

Um caso particular que chamou a atenção foi do Agricultor Djalma Alves (Questionário aplicado em maio de 2022), ao dizer que “só uso adubo orgânico, como de porco, galinha e gado. O fertilizante ficou muito caro, eu mesmo prefiro fazer o meu adubo com bangó de banana, corto, jogo em um buraco, cubro com terra e depois de um certo tempo pego aquela terra e coloco na plantação”. Assim observa-se que os agricultores estão desenvolvendo técnica de compostagem para suprir a demanda de adubos químicos na plantação, o que ajuda nas questões ambientais e se torna mais viável quanto ao custo.

Ao questionar os agricultores o que os mesmos entendem por agricultura agroecológica e sustentável, a Agricultora Ana Maria compreende como sendo (Questionário aplicado em Março de 2022) “os produtos produzidos sem o uso de agrotóxicos”. Também dona Felipa (Questionário aplicado em maio de 2022) que apontou ser “o tipo de produto natural, a exemplo dos produtos da feira da agricultura que são limpos” e também seu Djalma Alves (Questionário aplicado em maio de 2022) que foi mais além ao considerar como sendo “aquela que você planta para se sustentar, com produtos naturais, sem veneno e sem agredir a natureza”.

Conforme depoimentos e entrevistas dos agricultores e representantes dos órgãos responsáveis pelos programas institucionais constatou-se que embora os agricultores tenham relatado que produzem de forma agroecológica, ainda não há uma certificação que garanta que tais alimentos são realmente produzidos de forma agroecológica, o que dificulta um aumento no valor desses gêneros quando comparados com os produzidos de forma convencional.

Após ser interrogada quanto à fiscalização, controle e certificação dos alimentos comercializados nos programas e principalmente os que vão para a feira da agricultura agroecológica, a secretária Mara Borges pontuou que essa parte de fiscalização e orientações é feita pela mesma e sua equipe técnica. Destacando ainda, que a secretaria está para receber do Centro Público de Economia Solidária (CESOL) o selo verde, o que comprovará esse tipo de produção. Para além disso, a secretaria incluiu alguns agricultores em um grupo conhecido como GCOPIOBA, um coletivo de identidade geográfica, onde tem ocorrido alguns encontros visando a produção da farinha e derivados da mandioca e assim o selo COPIOBA, uma

garantia que é produzido respeitando o meio ambiente garantido um valor diferenciado do convencionado.

Representantes da secretaria pontuaram também que promovem cursos, acompanham a produção e sua comercialização de perto. Segundo a secretária Mara Borges por se tratar de um município de pequeno porte e já conhecer cada agricultor orientando e fiscalizando o seu modo de produzir, isso acaba por facilitar a garantia de tais alimentos e que, por ter esse controle, só são aceitos na feira agricultores do município que vendam apenas o que produzem. Ressaltando sempre para os agricultores que o diferencial da feira da agricultura familiar é o fato de ser comercializados apenas alimentos agroecológicos, o que atrai muitas pessoas que possuem uma consciência mais naturalista.

Pode-se perceber que a gestão tem se empenhado em buscar cada vez mais melhorias para a agricultura familiar, assim como uma maior comodidade aos agricultores, com isso tem se investido barracas, maquinários e tratores, cursos, capacitações e transporte para buscar as mercadorias dos agricultores em suas residências. Assim como pode se notar na fala da secretária anteriormente, tem se buscado alguns benefícios importantes tais como, viabilizar o crédito rural, a aquisição de kits (de galinha poedeira, cacau e meliponicultura), cisternas para captação de águas de chuvas para utilizar na irrigação, cooperativa de polpas de frutas, de doces e de beneficiamento do aipim, sendo essa última uma conquista recente em parceria com o governo do estado. Para além desses projetos, a secretária Mara Borges (Entrevista aplicada em maio de 2022) pontuou que a feira já conta com um lugar definitivo, o Mercado Municipal, recém-inaugurado e que trouxe melhor estrutura e comodidade aos feirantes e sua clientela.

Ficou evidente nos depoimentos que para além de incentivar a produção agroecológica, o aumento e diversificação dos alimentos agrícolas, a participação dos agricultores nos programas têm contribuído para a saúde nutricional das crianças e das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que são atendidas pelos programas. Tornando-se também uma das principais formas de comercializar os excedentes da agricultura familiar que antes acabavam sendo perdidos ou comercializados por baixos preços aos atravessadores. Assim, esse programa tem se tornado uma fonte de renda para os agricultores que passaram a ascender socialmente, passando a dispor de uma independência financeira e uma melhor qualidade de vida, o que tem incentivado sua permanência no campo, assim como pode ser constatado na fala da entrevistada:

A gente vê que o agricultor esta ascendendo socialmente, tem agricultor que comprou carro porque sabia que todo mês ele passa o cartãozinho e sai o dinheiro do PAA e do PNAE também que eles têm conta com esse dinheirinho certo. [...]. Então eles já têm autonomia suficiente, e a gente se alegra muito com isso, já ascendeu socialmente, já está buscando a sua independe financeira dentro da realidade deles. Então, isso a casa está melhor, mais cuidada, já tem isso, já fez banheiro, já está com mais conforto e bem-estar, ou seja, já está com uma qualidade de vida. Então essas políticas e esses programas, principalmente o PAA é comprado por um preço justo, isso quer dizer, um valor até maior do que o que ele vende lá na feira, então um preço justo, por isso todos querem ficar e ninguém quer sair do PAA (MARIA BORGES/ Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural - Entrevista aplicada em maio de 2022).

Como se pode observar na fala acima da Secretária Mara Borges, esse programa tem representado uma melhoria em todos os sentidos para os

agricultores, e isso pode ser notado também nos relatos dos próprios agricultores que se sentem satisfeitos em participar dos programas: “hoje o município investe no agricultor, já não perdemos os nossos produtos (Jaqueline/Agricultor- Questionário aplicado em Maio de 2022) “a população começou a produzir mais em decorrência da feira e dos programas (Ana Maria/ Agricultora – Questionário aplicado em Janeiro de 2022)”. “Há maior comercialização dos produtos, um maior mercado e os agricultores não perdem mais seus produtos (Lenilda Cruz/Agricultora –Questionário aplicado em Fevereiro de 2022)”. “Antes para vender os produtos dava mais trabalho e agora facilitou, aumentou o incentivo à produção, a plantar (Agripino/ Agricultor – Questionário aplicado em Maio de 2022)”. “A renda dos agricultores melhorou, tem sido incentivado a plantar, melhorou tanto para a gente quanto para os mercados, há uma circulação de renda (Djalma Alves/Agricultor- Questionário aplicado em Maio de 2022)”.

Nesse último relato do Senhor Djalma nota-se algo que também foi identificado por Cunha et al (2017), ao apontar que as compras institucionais tem sido um importante canal de promoção do desenvolvimento rural sustentável, principalmente em municípios pequenos, como é o caso de Dom Macedo Costa, que encontra dificuldades para dinamizar a economia local.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, representantes das associações de moradores e gestão (Secretarias e funcionários das instituições) podemos destacar a falta de uma mão-de-obra qualificada e dificuldades relacionadas a maquinário associada à falta de financiamento, o que faz considerar como importante a tecnificação no campo e a necessidade de um orçamento destinado diretamente à agricultura familiar. Além dessas dificuldades também foi citado a presença do atravessador, mesmo com o maior dinamismo dos programas.

Por fim, segundo a secretária Mara Borges, uma das maiores dificuldades em gerir os programas tem sido organizar os agricultores, visto que os mesmos ainda não têm um sentimento cooperativista e associativa. Nesse sentido, a feira tem contribuído no sentido de aproximar esses agricultores, embora ainda se nota a carência de serem comandados e geridos por alguém da secretaria. E essa dificuldade de organização acaba gerando consequência quanto ao beneficiamento de políticas públicas por parte dos agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar com a presente pesquisa que a atuação do mercado institucional e programas governamentais têm contribuído e muito para o desenvolvimento da agricultura familiar o que tem promovido o desenvolvimento local. Nessa perspectiva, observa-se uma grande melhoria em todos os aspectos, seja no econômico, social e também ambiental.

Em relação às mudanças ligadas a economia, pode-se notar por meio dos relatos dos diversos autores envolvidos, um aumento significativo em relação à produção, assim como maior preocupação dos agricultores em diversificar a produção, isso em decorrência da ampliação do mercado e da garantia de venda, o que tem exigido uma maior variedade de produtos agrícolas e eliminando a perda dos excedentes agrícolas. O aumento da produção tem exigido também uma maior participação e envolvimento da família, principalmente dos jovens e das mulheres, ampliando os postos de trabalho e gerando maior circulação de renda dentro do município e dando maior poder econômico aos agricultores, que são os principais

beneficiados. Sem contar que inibiu as ações dos atravessadores que antes se beneficiavam da produção dos agricultores negociando por baixos preços.

Quanto aos impactos sociais, é notório que houve maior participação feminina nos programas e na Feira da Agricultura Familiar Agroecológica do Município, e isso ficou muito claro ao se aplicar os formulários. Outro aspecto que não se pode deixar de lado é o fato da participação dos agricultores nos Programas ter despertado as relações cooperativistas e associativas, embora ainda de forma tímida e dependente dos órgãos institucionais, sendo estimulada principalmente por meio da Feira da Agricultura Familiar, feira essa que tem se destacado também enquanto um local de encontro, troca de experiências e de resgate cultural.

Identificou-se ainda que a participação dos agricultores no PAA e PNAE tem elevado a sua renda e qualidade de vida, visto que muitos estão melhorando suas casas, já financiaram seu carro, ou motocicleta, já mudaram seus hábitos alimentares por compreender a importância dos alimentos agroecológicos, e inclusive, podem investir em sua produção, o que tem incentivado a permanecerem no campo.

Por outro lado, não podemos esquecer dos efeitos ambientais, que também não deixa de ser um dos aspectos considerados nessa pesquisa. Assim, em meio às exigências da gestão dos programas pelo fornecimento de gêneros agroecológicos, na alimentação tanto dos alunos quanto das famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, tem contribuído para a melhoria na saúde pública e servido de incentivo para que haja uma movimentação dos agricultores por esse modo de produção, adotando as práticas de produção mais sustentáveis. A feira, por exigir que só se comercialize os alimentos, acaba influenciando ainda mais esse modo de produzir, já que ninguém quer ficar de fora de tais canais de comercialização. Notou-se que os agricultores do município vêm despertando de uma agricultura convencional para uma agroecológica, ainda em processo de transição.

Uma dificuldade enfrentada pelos agricultores ainda tem sido a certificação da produção agroecológica, o que garantiria o aumento do valor dos alimentos agroecológicos em relação ao convencional. Foi identificada uma preocupação da Secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural na busca para certificar tais gêneros por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), dentre outras instituições. É notório também que os agricultores já se apresentam conscientes em relação a essa forma de produzir, utilizando assim adubos orgânicos, produzindo seus próprios adubos de forma natural e desenvolvendo a técnica da compostagem. Despertando também no agricultor um olhar diferenciado para os alimentos que os mesmos vêm produzindo

Enfim, tudo isso tem contribuído e muito, não somente na geração de renda para os agricultores, mas principalmente para a saúde dos munícipes, de modo especial, dos alunos que desde a educação infantil, até o fundamental já tem acesso a tais alimentos ricos em proteínas e sais minerais, livres dos processados e industrializados. Isso de forma direta ou indireta vem contribuindo para a redução de casos de desnutrição, obesidade ou outros problemas ligados a saúde. Já o PAA tem permitido às famílias em situação de vulnerabilidade social maior acesso à alimentação mais saudáveis e nutritivas, garantindo a soberania alimentar e o acesso à alimentação enquanto direito de todos.

Conclui-se que as instituições municipais e suas ações tem um papel importante quando se trata da gestão dos programas institucionais, da organização dos agricultores, de sua produção e principalmente dos incentivos por uma produção sustentável e orgânica, se destacando também como um ato de reparação para a

agricultura familiar que por muito tempo estiveram excluídos das Políticas Públicas e um ato de reconhecimento da importância desses trabalhadores para o desenvolvimento da economia local.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lucimar Santiago et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba. Editora UFPR. v. 26, p.143-160, jul./dez. 2012

BADUE, Ana Flávia e GOMES, Fernanda Freire Ferreira. **Parceria entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras**. São Paulo: Instituto Kairós. 2011.

CUNHA, Wellington Alvim da; Et Al. **Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 55, n.3, p. 427-444, 2017. Disponível em: <https://www.revistasober.org/journal/resr/article/doi/10.1590/1234-56781806-94790550301> Acesso em: 12 de Março de 2022.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE DOM MACEDO COSTA. Disponível em: www.dommacedocosta.ba.gov.br/site/dadosmunicipais. Acesso em: Novembro de 2021.

GRISA, Catia. As Redes e as Instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Taubaté (São Paulo): **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V.6, n.2, 2010, p. 97-129.

GRZESZCZESZYN, Geverson; MACHADO, Hilka Pelizza Vier. O sentido do “local” e o papel da cidade no desenvolvimento local. In: SEGeT – SIMPÓSIO DE EXCELENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2008, 5., Resende. **Anais...** Resende: AEDB, 2008. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/328_SEGeT2008_O_Sentido_Do_Local_em_DL.pdf. Acesso em: 12 de Novembro de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico – 2010**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/> > . Acesso em: 15 de outubro de 2021.

MATTEI, Lauro. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**, v.45, 2014, p.71-79.

PIRES, E. L. S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8 n. 2, set/2007 p. 155-163.

RUA, João. A resignificação do rural e a relação cidade – campo: Uma contribuição geográfica. Rio de Janeiro: **Revista do ANPEGE**. V.2, 2005, p.45-66.

SANTOS, Alessio Moreira dos e MITIJA, Danielle. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômica-ecológica na

comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. Campo Grande: **Interações**, V. 13, n.1, 2012, p. 39-48.

TURPIN, Maria Elena. **A Alimentação Escolar como fator de Desenvolvimento Local por meio do apoio aos Agricultores Familiares**. Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, 2009, p. 20-42. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/endex.php/san/article/view/863478312702>. Acesso em 15 de novembro de 2021.